

## O uso social da escrita e sua relação entre escola e cidadania

Maria Leila Alves<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo aborda a importância do uso social da escrita em sua relação na formação do cidadão e no exercício da cidadania. Discute a partir da afirmação política de Paulo Freire de que a leitura do mundo deve anteceder a leitura da palavra, as contribuições da pesquisa de Ferreiro e Teberosky em *Psicogênese da língua escrita* (1985) que explicitam o movimento constitutivo da leitura e escrita das palavras e dos textos, favorecendo a escolha de caminhos para a aquisição do uso social da escrita, sem o qual, fica mais difícil a conquista da cidadania.

**Palavras Chave:** cidadania, escola, uso social da escrita, leitura do mundo, leitura da palavra.

**Abstract:** This article analyzes social use of writing in citizenship. It discusses Paulo Freire's position: reading the world precedes reading words, and the contributions of Ferreiro and Teberosky in *psychogenesis of written language*.

**Keywords:** citizenship, school, reading the world, social use of writing.

Se nos episódios de escrita-produção o aluno faz o trabalho apenas para cumprir a tarefa, para atender a uma solicitação do professor, estará elaborando a redação para a escola. Para produzir um texto é preciso que: a) se tenha o que dizer; b) se tenha uma razão para dizer o que se tem a dizer; c) se tenha para quem dizer o que se tem a dizer; d) o locutor se constitua como tal, como sujeito que diz o que diz para quem diz; e) se escolham as estratégias para realizar (a), (b), (c) e (d). (GERALDI, 1995, p. 137)

### Introdução

Discutir a relação que existe entre escola e cidadania exige entender a escola, primeiramente, em sua função precípua de socializar a escrita, como um veículo de interação social, relação que também não deixam de ter as demais linguagens artísticas e tecnológicas, todas elas podendo envolver movimentos de intervenções intencionais, a fim de ampliar o universo cultural e o desenvolvimento social, cognitivo, emocional, afetivo, físico, motor, artístico. Esses movimentos de intervenção na aprendizagem simbólica do mundo e da linguagem são processos constitutivos do ser humano como sujeito social e histórico, que traz as marcas de sua cultura e contribui para transformá-la, deixando nela suas próprias marcas.

Através das inúmeras experiências que vivencia desde que nasce a pessoa vai construindo o seu conhecimento. Para entender e resolver o mundo e, para integrar-se nele, levanta problemas e constrói hipóteses que lhe permite apropriar-se da diversidade de saberes e fazeres. A educação escolar, quando concebida a partir dessa concepção de ser humano, deve oportunizar experiências significativas às crianças,

---

<sup>1</sup>. Professora do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo.

jovens e adultos, nela envolvidos, respeitando o tempo/espço de construção do conhecimento, tanto do indivíduo, quanto do coletivo.

Esta perspectiva educacional, no entanto, não se concretiza senão ancorada em uma prática pedagógica integradora, que só é possível quando tratada com reflexões sistemáticas pelo conjunto de educadores que nela atuam.

### **O uso social da escrita como elemento transformador**

Dentre todas as aprendizagens humanas, construir-se leitor e escritor são condições *sine qua non* para o exercício da cidadania ativa de quem vive no mundo letrado, participando dele e influenciando nele. Formando-se como leitor e escriba o sujeito tem melhores condições de inserir-se na sociedade de forma atuante, crítica, e criativa, desde o seu próprio processo de escolarização.

Desenvolvendo a compreensão de que todos os seres humanos compartilham de um destino comum o processo educacional e cultural precisam criar condições para o uso da linguagem, satisfazendo as necessidades pessoais e coletivas de comunicação, transmissão e busca de informações, para o exercício da cidadania. Tudo isso exige muito mais que atuar como um simples espectador no mundo letrado.

É preciso ler/escrever o mundo através das letras e com todas as letras; compreendê-lo e vivenciá-lo interativamente nas relações sociais orais e escritas, sabendo lê-las em suas linhas e entrelinhas, bem como por trás das letras

Aprendemos com Freire, que alfabetizar significa preparar o cidadão(ã) para a leitura do mundo. E isso requer um hábil e arguto leitor/escritor, que se relacione com segurança com todos os tipos de textos usados em nossa sociedade. Para isso, faz-se necessário desescolarizar a leitura e a escrita, resgatando o uso social das mesmas e utilizando-as corriqueiramente na vida cotidiana.

Concebida desta forma, a leitura e a escrita são instrumentos básicos para o conhecimento do mundo, para o acesso à cultura universal, para a inserção no mundo letrado e não apenas para o domínio de um sistema convencional de comunicação por meio de códigos.

Os referenciais colocados pela Psicogênese da Língua Escrita de Ferreiro e Teberosky (1987), que criticam o modelo cartilhesco de ensino explicitam a necessidade de abordagens que considerem as hipóteses que as crianças constroem sobre o que a escrita representa e como representa, que podem ser sintetizada em alguns objetivos:

- a compreensão do sistema de representação da linguagem que corresponde ao sistema alfabético de escrita;
- a compreensão das funções sociais da escrita, que determinam diferenças na organização dos textos;
- a leitura compreensiva de textos que correspondem a diferentes registros da língua escrita (textos narrativos, textos informativos, jornais, instruções, cartas, recados, listas etc.), enfatizando a leitura silenciosa mais do que a leitura convencional em voz alta;
- a produção de textos respeitando os modos de organização da língua escrita, que correspondem aos diferentes registros;

- uma atitude de curiosidade e falta de temor frente à língua escrita;
- a restituição à língua escrita de seu caráter de uso social;
- a interação das crianças, dos jovens e e dos adultos com a língua escrita nos mais variados contextos.

Porém, é preciso ter claro que essas orientações enunciam uma mudança paradigmática, exigindo rupturas conceituais para que possam ocorrer na prática do dia a dia. Em uma nova teoria de ensino nos termos enunciados acima, as rupturas necessárias para desenvolver seus princípios básicos, não acontecem sem que sejam entendidos os conceitos, e as posturas que dão sustentação à prática docente anterior, um arremedo pedagógico, que muito mais que trazer contribuições para o ensino-aprendizagem da língua a professores e alunos, presta-se a confundir a ambos.

Na perspectiva de superar a forma mecânica de como a aprendizagem vem ainda sendo tratada, insiste-se na importância de uma nova orientação que assegure que o aprendiz tenha condição de expressar as suas próprias ideias, ainda que cometendo determinados erros.

As formas extremamente rigorosas de conceber o erro pressupõem um trabalho mecânico, centrado, sobretudo, no uso do método sintético, do método analítico e do método analítico-sintético, que resulta da combinação de ambos, um trabalho apoiado quase que exclusivamente nas cartilhas e/ou em modelos apoiados na sua lógica estrutural.

Na alfabetização ou letramento, como a denominam alguns, os princípios pedagógicos formais como partir do simples para o complexo, do concreto para o abstrato, do próximo para o distante, tão presentes nas orientações pedagógicas das séries iniciais, instauraram uma ordem rígida no tratamento didático da linguagem que precisa ser deixada de lado.

Mais do que garantir uma organização lógica e psicológica dos conhecimentos, favorecendo a aprendizagem, esses princípios sem fundamento em pesquisas têm servido para impedir que a criança construa seus conhecimentos a partir de suas vivências, de suas experiências, de suas hipóteses. Uma atividade de treinamento, em que o professor supõe conduzir e controlar a aprendizagem, em que o erro é concebido como pecado a ser cuidadosamente evitado, porque pode ser fixado pela criança e também por jovens e adultos, também não encontram respaldo científico. O aprendiz é visto como um receptor passivo de informações, que deve aprender tal como o método determina que aprenda, devendo ser capaz de encontrar as partes de uma totalidade (se o procedimento didático é analítico), e deve aprender a compor totalidade a partir de fragmento (se o procedimento é sintético). Em qualquer caso, deve aprender a dar evidências de progresso cotidiano, o qual exclui qualquer visão do processo de aprendizagem como um processo nos quais os conflitos são necessários e podem gerar paradas, regressões ou soluções parciais incongruentes entre si, quando o aprendiz se sente desafiado a reorganizar as hipóteses das quais lançava mão.

A prontidão, durante tantos anos, considerada como pré-requisito para a alfabetização e entendida como treinamento de habilidades específicas de coordenação motora, de capacidade de discriminação visual e auditiva, de lateralidade, sendo trabalhada isoladamente, sem um esforço no sentido de levar a criança a compreender a relação da linguagem falada com a escrita, precisa ser definitivamente revista, pois ainda persiste apesar dos inúmeros trabalhos e estudos que mostram que iniciar a

alfabetização pelo chamado período preparatório, apenas afasta o aprendiz do mergulho salutar na leitura e na escrita.

A grande contribuição de Ferreiro e Teberosky para a conquista de um processo de alfabetização ou letramento qualitativamente superior consiste na ênfase com que a pesquisa aborda a relação cognitiva da criança com o sistema de representação da escrita, contrapondo-a às visões anteriores que voltavam-se, quase que exclusivamente, aos pré-requisitos necessários à aprendizagem da escrita e aos diferentes métodos de alfabetização, que não se diferenciavam substantivamente entre si, partindo dos mesmos princípios equivocados.

As pesquisadoras acima citadas conseguiram demonstrar através do estudo das hipóteses formuladas pelas crianças em seu processo de construção da escrita, que mesmo quando elas não sabem como a escrita representa a fala, suas hipóteses apresentam uma lógica interna, uma razão a ser entendida pelos educadores, não se constituindo em meras imitações ou reproduções sem significado. Isso revela tratar-se de um processo inteligente em busca de compreender esse importante sistema de representação simbólico, construído pela humanidade ao longo dos séculos. Ter acesso a esse sistema simbólico complexo exige o entendimento das relações internas entre seus componentes, de suas raízes histórico-culturais, da mesma forma que para entender a linguagem matemática, é necessário compreender as relações conceituais estabelecidas no próprio processo histórico de construção desse sistema de representações, não havendo sentido em se colocar como pré-requisitos para a sua compreensão o treinamento motor do aprendiz ou o estado de prontidão para essa aprendizagem.

Isso não significa que a escola deve deixar de dar importância às atividades para o desenvolvimento da coordenação motora, da capacidade de discriminação visual e auditiva, da lateralidade, competências fundamentais para a interação/integração de todo o ser humano no mundo e por esse motivo, necessariamente objeto de cuidadosa atenção da escola em suas programações pedagógicas, mas significa desvincular as relações de causa e efeito equivocadamente estabelecidas entre o desenvolvimento das coordenações sensório-motoras e o domínio da leitura e da escrita.

Resta ainda uma questão que merece ser objeto de nossas reflexões: é o uso da cartilha, como principal e praticamente o único veículo de escrita utilizado durante décadas, para a alfabetização das crianças e ainda utilizada por muitos professores, que mesmo que não as utilizem como livro-texto, internalizaram seus principais preceitos, orientando-se por eles. A artificialidade da linguagem da cartilha e dos procedimentos inflexíveis criados apenas para ensinar a ler e escrever, com frases organizadas em uma ordem alfabética sequencial, divididas em etapas rigidamente demarcadas, oferece uma aparente segurança ao alfabetizador, que segue seus passos, confiante em atingir os resultados esperados. As críticas ao ensino cartilhesco provocaram e ainda provocam intensos debates e resistências, podendo-se mesmo afirmar que muitos alfabetizadores relutam em deixar as cartilhas de lado.

As primeiras orientações aos professores, a partir dos estudos da Psicogênese da Escrita, no sentido de provocar alterações no que se vinha fazendo em alfabetização, já apontavam para que os alunos *aprendessem a ler e escrever, lendo e escrevendo textos variados*, trazendo para a sala de aula os diferentes portadores de textos que circulam na sociedade.

Embora estivessem sendo sugeridas atividades muito mais interessantes e envolventes para o trabalho com as crianças, atividades que trariam para a sala de aula toda a riqueza de significados da escrita em prosa e verso, sobre o presente, o passado e o futuro dos homens e animais de todos os lugares do planeta e além dele, contidos

em materiais autênticos de uso social da leitura e da escrita, muitos alfabetizadores entendem que os procedimentos inflexíveis da cartilha permitem-lhes o controle do processo de aprendizagem dos alunos.

Ainda hoje, a utilização de jornais e outros veículos de escrita como os gibis, as revistas, os contos infantis, para substituir a cartilha em sua própria função de portadora de letras e palavras, acaba revelando que os princípios subjacentes ao trabalho com cartilhas continuam presentes no ideário pedagógico do alfabetizador: funcionando como cartilha, esses textos são recortados pelas crianças para formar palavras e frases, comprovando o quanto a cartilha e os procedimentos para o seu uso estão internalizados.

As várias deformações na compreensão da psicogênese da língua escrita, demonstram que embora haja o esforço dos professores em assumir teoricamente tais concepções, a prática de sala de aula, revelada principalmente pela produção escrita dos alunos, desmentem a perspectiva assumida. Reconhecendo as limitações de modelos prontos e acabados, e da substituição de um receituário por outro, é possível explorar as inúmeras possibilidades concretas, de intervenção pedagógica.

O referencial teórico sócio-construtivista se contrapõe ao reducionismo que identifica o problema da aprendizagem da leitura e da escrita com uma questão de métodos.

Mais do que o apego às velhas práticas cristalizadas através do uso, mesmo quando comprovada a superioridade das novas práticas, os conflitos que ocorrem nas mudanças da prática pedagógica refletem dificuldades epistemológicas, pois a incorporação de novos paradigmas exige que se abandonem as verdades científicas do modelo anterior.

Há, ainda, profissionais na escola que resistem aceitar as análises dos novos modelos explicativos sobre o fracasso das crianças no processo de alfabetização. Isto porque suas explicações voltam-se geralmente contra as próprias crianças: os alunos continuam analfabetos porque apresentam algum tipo de problema, que os impede de aprender. Esses profissionais anestesiavam-se contra qualquer possibilidade de perceber sua parcela de envolvimento no insucesso das crianças. Não questionam em nenhum momento o seu fazer pedagógico, a metodologia utilizada, a inadequação dos procedimentos à realidade dos alunos e outros fatores que interferem nos processos de ensino-aprendizagem.

O que é curioso em relação aos ensinamentos da Psicogênese da Língua Escrita é que se modernizou o modo de classificar os alunos que não sabem ler e escrever: em vez de analfabetos têm sido chamados de pré-silábicos. Infelizmente, no entanto, não foram incorporados de forma ampla na prática de alfabetização os procedimentos coerentes com esses ensinamentos. Mesmo os professores que procuram efetivamente mudar a sua prática de alfabetização baseados nos novos princípios, nem sempre estão capacitados para trabalhar de maneira congruente com eles e, por motivos os mais diversos, mantêm-se refratários a romper com as velhas concepções.

### **À guisa de conclusões**

Todas as vezes que alguém defende a inserção no mundo da escrita como um mergulho sem “dourar a pílula pra tornar deus conteúdo palatável” ou utilizar qualquer outra forma de disfarce por entender que o estudante não está preparado para entender o assunto a pergunta que se segue diz respeito a como promover esse mergulho.

A resposta , como não poderia deixar de ser envolve a sugestão de contato dos alunos com o maior número possível de portadores de textos, lendo-os ou escrevendo-os da forma que entendem. Isso tem sido entendido como **não intervenção no ensino** e não como **estabelecer o ponto de partida para a atuação pedagógica nas hipóteses que a criança tem** para que sendo desafiadas, possam reformular o que pensa em direção a constituir-se leitor e escriba participante do mundo letrado.

Os aspectos tratados neste artigo demonstram mais uma vez, a importância de garantir processos de formação de professores em espaço/tempo próprios, criados especialmente para o trabalho coletivo. Esses espaços favorecem que as rupturas necessárias ocorram, considerando que as rupturas são contingências de todas as transformações culturais pelas quais passa a humanidade para construir/reconstruir suas formas de existência, da qual faz parte inegavelmente a conquista da cidadania, direito que os brasileiros ainda precisam conquistar.

### **Referências Bibliográficas**

- FERREIRO, Emilia & TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 41 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GERALDI, João Wnanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Recebido para publicação em 21-07-13; aceito em 15-08-13